

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Paula Maria Lopes da Cruz Caiado
 Estado civil: Casada
 Data de nascimento: 27 de maio de 1970
 Naturalidade: Campo, Viseu

2 — Formação académica:

Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Politécnico de Viseu — Escola Superior de Tecnologia (1999);
 Curso de Estudos Superiores Especializados em Planeamento e Controlo de Gestão (1995);
 Bacharelato em Gestão (1994).

3 — Atividade Profissional

Órgão de Polícia Criminal como Instrutora de processos de inquérito crime, no Núcleo de Investigação Criminal da Direção de Finanças de Viseu, Despacho n.º 24/2014 exarado em 22-07-2014;
 Perita da Fazenda Pública nos anos de 2011 a 2013;
 Nomeada inspetora tributária nível 2, em 24/03/2009;
 Nomeada Inspetora tributária nível 1, em 20/11/2007;
 Nomeada Técnica Economista Estagiária, em 28/11/2005;
 Nomeada Técnica de Administração Tributária Adjunta nível 2, em 12/12/2005;
 Nomeada Técnica de Administração Tributária Adjunta nível 1, em 06/04/2002;
 Nomeada Técnica de Administração Tributária Adjunta estagiária, em 15/02/2000;

Desde agosto de 2014 exerce funções de instrutora de processos de inquérito crime, no Núcleo de Investigação Criminal da Direção de Finanças de Viseu;

De novembro de 2008 a julho de 2014 exerceu funções de inspeção interna e externa, na Direção de Finanças de Viseu — Divisão de Inspeção Tributária I;

De novembro de 2005 a outubro de 2008 exerceu funções de inspeção, na Direção de Serviços da Inspeção Tributária em Lisboa e Direção de Finanças da Guarda;

De novembro de 2002 a novembro de 2005, exerceu funções de Técnica de Administração Tributária Adjunta, na Direção de Finanças de Viseu — Divisão de Tributação e Cobrança;

De fevereiro de 2000 a outubro de 2002, exerceu funções de Técnica de Administração Tributária Adjunta, no Serviço de Finanças de Tondela;

De novembro de 1995 a novembro de 1996, exerceu o cargo de Diretora de Serviços Financeiros da Siram Group SGPS, S. A.

4 — Formação Complementar

Participação no congresso Luso-Brasileiro de auditores Fiscais e Aduaneiros;

Participação nas jornadas de Processo Penal;

Participação em Seminário de Criminalidade Fiscal;

Frequência de vários cursos/ações de formação profissional, ministradas pelo centro de formação, nos domínios do direito tributário, nas áreas da tributação do rendimento e da despesa, do património e cobrança, da inspeção tributária e combate à fraude, da justiça tributária e criminalidade fiscal.

209650076

Direção-Geral do Tesouro e Finanças**Despacho n.º 7924/2016**

Ao abrigo das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 6579/2016, de 6 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 19 de maio de 2016, atento o disposto em II a IV do referido Despacho, bem como do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, designo para me substituir, nas minhas ausências e impedimentos, a Subdiretora-Geral do Tesouro e Finanças, licenciada Maria João Dias Pessoa de Araújo, e sucessivamente nas suas ausências e impedimentos, o Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, licenciado Pedro Miguel do Nascimento Ventura, e o Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças, mestre Bernardo Xavier Alabaça.

O presente despacho reporta os seus efeitos a 26 de novembro de 2015, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados.

2 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Elsa Roncon Santos*.

209643191

**FINANÇAS E PLANEAMENTO
E DAS INFRAESTRUTURAS****Gabinetes do Ministro das Finanças e do Secretário
de Estado do Desenvolvimento e Coesão****Despacho n.º 7925/2016**

As autoridades de gestão dos programas operacionais, estruturas orgânicas do modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, têm a natureza de estrutura de missão, podendo os seus responsáveis ser livremente designados e exonerados, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e do n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro.

Nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, e ao abrigo do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, os secretários técnicos das autoridades de gestão dos programas operacionais regionais do continente são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento e coesão e das finanças, sob proposta da comissão diretiva do respetivo programa.

A comissão diretiva da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Norte apresentou o pedido de cessação de funções, por razões de ordem pessoal, do secretário técnico António Manuel Sampaio Teixeira, designado para aquele cargo pelo Despacho n.º 2264-A/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 4 de março, com efeitos a partir do dia 31 de março de 2016.

Assim, nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, e ao abrigo do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, determina-se:

1 — A cessação de funções, a seu pedido, do mestre António Manuel Sampaio Teixeira do cargo de secretário técnico da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Norte.

2 — A presente cessação de funções produz efeitos a partir de 31 de março de 2016.

11 de maio de 2016. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — 29 de abril de 2016. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Angelo Nelson Rosário de Souza*.

209653454

DEFESA NACIONAL**Gabinete do Secretário de Estado
da Defesa Nacional****Despacho n.º 7926/2016**

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 971/2016, de 20 de janeiro, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em ações de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro, e verificados os requisitos nele previstos, prorrogo a comissão de serviço em CTM do COR INF NIM 05303583 Jorge Manuel Sequeira Iglésias, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, com início a 9 de agosto de 2016, no desempenho das funções de Diretor Técnico do Projeto 2 — Apoiar o Exército Angolano, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

1 de junho de 2016. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

209647703

Despacho n.º 7927/2016

1 — No uso das competências delegadas pelo Despacho n.º 971/2016, de 20 de janeiro, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro de 2016, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em ações de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro, e verificados os requisitos nele previstos, nomeio o COR TIR ART NIM 14358582 Eduardo Manuel